

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39
------------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	232.113
Preferenciais	0
Total	232.113
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	776.994	631.060
1.01	Ativo Circulante	47.337	43.058
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34.967	34.882
1.01.03	Contas a Receber	6.654	5.129
1.01.03.01	Clientes	6.204	4.679
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	450	450
1.01.03.02.01	Contas a Receber Partes Relacionadas	450	450
1.01.04	Estoques	1.778	584
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.639	1.153
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.639	1.153
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.499	741
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	800	569
1.01.08.03	Outros	800	569
1.02	Ativo Não Circulante	729.657	588.002
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	38.902	15.018
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.063	6.339
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	11.063	6.339
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.673	8.522
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.673	8.522
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.166	157
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	16.166	157
1.02.03	Imobilizado	1.369	1.178
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.369	1.178
1.02.04	Intangível	681.673	562.755
1.02.04.01	Intangíveis	681.673	562.755
1.02.05	Diferido	7.713	9.051

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	776.994	631.060
2.01	Passivo Circulante	89.113	52.198
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.253	3.045
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.253	3.045
2.01.02	Fornecedores	16.186	10.109
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.186	10.109
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.168	1.866
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	1.145
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	721
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	32.476	13.260
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.969	13.260
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.969	13.260
2.01.04.02	Debêntures	15.507	0
2.01.05	Outras Obrigações	29.949	18.755
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	24.635	14.109
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	9.115	5.690
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	15.520	8.419
2.01.05.02	Outros	5.314	4.646
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	4.805	3.744
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	218	218
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	291	684
2.01.06	Provisões	5.081	5.163
2.01.06.02	Outras Provisões	5.081	5.163
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovia	5.081	5.163
2.02	Passivo Não Circulante	467.445	422.326
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	275.830	240.847
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	275.983	226.610
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	275.983	226.610
2.02.01.02	Debêntures	-153	14.237
2.02.02	Outras Obrigações	156.940	151.483
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	156.940	151.483
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	156.940	151.483
2.02.04	Provisões	34.675	29.996
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	724	615
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	468	310
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	256	305
2.02.04.02	Outras Provisões	33.951	29.381
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	33.951	29.381
2.03	Patrimônio Líquido	220.436	156.536
2.03.01	Capital Social Realizado	237.818	167.818
2.03.04	Reservas de Lucros	254	254
2.03.04.01	Reserva Legal	254	254
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-17.636	-11.536

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	207.619	161.166
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-184.591	-142.294
3.03	Resultado Bruto	23.028	18.872
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.441	-6.648
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.441	-6.648
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-7.828	-7.266
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-647	-605
3.04.02.03	Outras receitas operacionais, líquidas	34	1.223
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.587	12.224
3.06	Resultado Financeiro	-23.838	-17.059
3.06.01	Receitas Financeiras	3.995	1.656
3.06.02	Despesas Financeiras	-27.833	-18.715
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-9.251	-4.835
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.151	1.527
3.08.02	Diferido	3.151	1.527
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.100	-3.308
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.100	-3.308
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02803	-0,02750
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,02803	-0,02750

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.100	-3.308
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.100	-3.308

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.060	12.302
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	37.575	30.935
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-6.100	-3.308
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	15.140	11.892
6.01.01.03	Baixa de Ativos Permanentes	1.106	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição	-3.151	-1.527
6.01.01.05	Receitas com Aplicação Vinculada	-400	-319
6.01.01.06	Juros e Variações sobre Mútuos	14.378	6.420
6.01.01.07	Despesa de Juros	1.274	0
6.01.01.08	Resultado de Reversão de Ajuste a Valor Presente	1.006	947
6.01.01.09	Provisão (Reversão) para Riscos Cíveis e Trabalhistas	200	415
6.01.01.10	Provisão para Manutenção em Rodovia	3.709	6.279
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de empréstimos	10.413	10.136
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-38.485	-18.633
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.525	-417
6.01.02.02	Estoques	-1.194	-137
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-763	-90
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-398	-315
6.01.02.06	Fornecedores	-8.812	-2.102
6.01.02.07	Transações com Partes Relacionadas	3.425	-529
6.01.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	208	740
6.01.02.09	Obrigações Fiscais	302	-168
6.01.02.11	Cauções Contratuais	1.061	-194
6.01.02.12	Outras contas a pagar	0	-266
6.01.02.13	Pagamento de Juros	-14.233	-12.761
6.01.02.14	Contas a Pagar Partes Relacionadas	-226	-698
6.01.02.15	Sinistros Recebidos	0	-843
6.01.02.16	Depósitos Judiciais	-16.008	42
6.01.02.17	Outras Contas a Receber	-231	-372
6.01.02.18	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-91	-523
6.01.03	Outros	-150	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-119.726	-92.284
6.02.01	Aquisição de Itens do Ativo Imobilizado	-416	-278
6.02.02	Adições ao Intangível	-114.898	-91.309
6.02.03	Aplicação Financeira Vinculada	-6.079	-4.306
6.02.04	Valor Resgatado de Aplicações Vinculadas	1.667	3.609
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	120.871	96.266
6.03.01	Captações	62.026	24.532
6.03.02	Pagamentos	-8.998	-7.303
6.03.03	Aumento de Capital	70.000	0
6.03.04	Pagamento de Mútuos	-2.157	-963
6.03.05	Aumento de Mútuos	0	80.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	85	16.284
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	34.882	12.712
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34.967	28.996

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	167.818	254	0	-11.536	0	156.536
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	167.818	254	0	-11.536	0	156.536
5.04	Transações de Capital com os Sócios	70.000	0	0	0	0	70.000
5.04.01	Aumentos de Capital	70.000	0	0	0	0	70.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.100	0	-6.100
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.100	0	-6.100
5.07	Saldos Finais	237.818	254	0	-17.636	0	220.436

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	167.818	0	254	-5.090	0	162.982
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	167.818	0	254	-5.090	0	162.982
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.308	0	-3.308
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.308	0	-3.308
5.07	Saldos Finais	167.818	0	254	-8.398	0	159.674

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	215.073	169.135
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	85.972	76.665
7.01.02	Outras Receitas	129.101	92.470
7.01.02.01	Receitas de Serviços de Construção	128.981	91.238
7.01.02.02	Outras Receitas	120	1.232
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-167.749	-128.127
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.592	-1.427
7.02.04	Outros	-166.157	-126.700
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-27.511	-23.919
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-128.981	-91.238
7.02.04.03	Custo da Concessão	-3.934	-3.767
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovia	-3.709	-6.279
7.02.04.05	Outros	-2.022	-1.497
7.03	Valor Adicionado Bruto	47.324	41.008
7.04	Retenções	-15.140	-11.892
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.140	-11.892
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	32.184	29.116
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.037	4.766
7.06.02	Receitas Financeiras	3.995	1.656
7.06.03	Outros	4.042	3.110
7.06.03.01	Juros Capitalizados	4.042	3.110
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.221	33.882
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	40.221	33.882
7.08.01	Pessoal	7.917	8.094
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.880	6.318
7.08.01.02	Benefícios	1.593	1.363
7.08.01.03	F.G.T.S.	444	413
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.795	6.615
7.08.02.01	Federais	1.491	2.779
7.08.02.03	Municipais	4.304	3.836
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.231	16.061
7.08.03.01	Juros	11.625	9.958
7.08.03.02	Aluguéis	734	655
7.08.03.03	Outras	5.872	5.448
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	4.042	3.110
7.08.03.03.02	Outros	1.830	2.338
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.278	3.112
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.378	6.420
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.100	-3.308

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 05 de novembro de 2014 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2014 (3T14), período encerrado em 30 de setembro de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 3T14 foi de 8.321 mil veículos, 14,9% acima do realizado no mesmo período em 2013 (7.244mil). Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou aumento de 18,1%. A variação positiva no tráfego do 3T14 é reflexo principalmente da interdição da BR 153/SC que desviou o tráfego daquela rodovia ocasionando aumento do tráfego pedagiado principalmente no trecho das praças de pedágio de Santa Cecília – SC e Monte Castelo – SC.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 21,3% em relação a igual período do ano anterior passando de R\$ 26,1 milhões no 3T13 para R\$ 31,6 milhões no 3T14. Esse incremento na receita de pedágio se deve principalmente ao aumento do tráfego já mencionado anteriormente e ao aumento da tarifa ocorrido em 19 de dezembro de 2013. Na comparação com o 2T14 variou 18,1% positivamente refletindo o crescimento do tráfego no trimestre atual.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 54,8 milhões no 3T14, sendo R\$ 5,5 milhões maior que o 3T13. Esse aumento é resultado da intensificação de obras de pavimento, duplicação de pistas, execução de passarelas em pista dupla entre outras conforme cronograma de obras e contrato de concessão. Na comparação com o 2T14 houve aumento de R\$ 4,8 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 3T14 registraram aumento de R\$ 1,8 milhões se comparados ao 3T13. Esse aumento se deve principalmente a custos maiores com conservação de drenagem, conservação e limpeza da faixa de domínio, serviço de atendimento pré-hospitalar e serviços de guincho em decorrência de reajustes contratuais. Na comparação com 2T14 houve aumento de R\$ 1,1 milhão. Esse aumento se deve principalmente serviços emergenciais na rodovia, serviços de atendimento pré-hospitalar, de guincho e custos com seguros devido a renovação das apólices no trimestre atual. .

Comentário do Desempenho



- As despesas administrativas no 3T14 apresentaram acréscimo de R\$ 518 mil em relação ao 3T13 devido principalmente a despesas com consultoria jurídica, despesas com a realização da semana interna integrada de prevenção de acidentes do trabalho e doações para desabrigados com as enchentes de Maíra – SC e Rio Negro - PR. Em relação ao 2T14 houve aumento de R\$ 362 mil. No 3T14 a Companhia registrou outras receitas operacionais de R\$ 3 mil representando uma redução de R\$ 53 mil se comparado ao 3T13 devido redução nos valores de seguros recebidos de sinistros ocorridos na rodovia e ressarcimento de danos ao patrimônio da concessão causados por usuários.
- De acordo com ICPC01 no 3T14 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 54,8 milhões, representando aumento de 78% se comparado com o 3T13. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.
- A provisão para manutenção reduziu R\$ 6 mil em relação ao 3T13 representando decréscimo de 0,5%. Na comparação com o 2T14, registramos decréscimo de R\$ 111 mil representando redução de 8,7%. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão que postergou algumas intervenções resultando na redução da provisão de manutenção.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 3T14 e 3T13 respectivamente em R\$ 11,7 milhões e R\$ 9 milhões, representando aumento de 29,8% influenciado principalmente pelo incremento da receita de pedágio e menor provisão para manutenção. Em comparação com o 2T14, o EBITDA do 2T14 aumentou R\$ 3,1 milhões devido principalmente receitas maiores em decorrência do maior tráfego registrado no 3T14 já mencionado anteriormente.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 3T14 R\$ 2,7 milhões maior em relação ao 3T13 refletindo o aumento das receitas de pedágio conforme mencionado anteriormente. Em relação ao 2T14 registramos acréscimo de R\$ 3 milhões do EBITDA ajustado representando aumento de 31,4%. Essa melhora é reflexo da maior receita registrada no 3T14.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 3T14 o resultado financeiro apresentou variação negativa de 25,5%, na comparação com o 3T13. Essa variação negativa se deve ao aumento nas despesas financeiras refletindo as captações de empréstimo de longo prazo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses, e emissão de debêntures ocorrida em outubro de 2013.

Prejuízo

- No 3T14 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 1,1 milhões, registrando redução do prejuízo de 7,5% se comparado ao 3T13 influenciado principalmente pelo acréscimo na receita de pedágio. Em relação ao 2T14 o prejuízo da Empresa reduziu R\$ 1,6 milhões representando redução de 59,8%.

Endividamento

Comentário do Desempenho



- A Empresa encerrou o 3T14 com endividamento bruto de terceiros de 308,4 milhões, apresentando um acréscimo de 25,7% na comparação com o 3T13. Essa variação é reflexo das captações do empréstimo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses e emissão de debêntures ocorrida em outubro de 2013. O endividamento líquido no 3T14 foi de R\$ 262,4 milhões ante R\$ 251,9 milhões no 2T14. Essa variação no endividamento líquido é reflexo das captações já mencionadas.

Investimentos

- No 3T14 foram investidos R\$ 115,3 milhões (48,4%) de um total aproximado de R\$ 238 milhões previstos para o ano de 2014.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista dupla;
- (ii) Execução de passarela sobre pista dupla;
- (iii) Ruas laterais;
- (iv) Correção de traçado;
- (v) Adequação de pista central;
- (vi) Duplicação trecho Curitiba – PR a Fazenda Rio Grande – PR;
- (vii) Pavimento;
- (viii) Sinalização horizontal;
- (ix) Elementos de proteção e segurança;
- (x) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (xi) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T14	2T14	3T13	Var%	Var%	9M14	9M13	Var%
				3T14/2T14	3T14/3T13			9M14/9M13
Planalto Sul	8.321	7.047	7.244	18,1%	14,9%	22.613	21.293	6,2%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
	(em R\$ Mil)							
	3T14	2T14	3T13	Var%	Var%	9M14	9M13	Var%
				3T14/2T14	3T14/3T13			9M14/9M13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	86.541	70.212	56.877	23,3%	52,2%	215.073	167.912	28,1%
Receitas de pedágio	31.636	26.791	26.087	18,1%	21,3%	85.972	76.665	12,1%
Receitas de obras	54.813	43.403	30.788	26,3%	78,0%	128.981	91.238	41,4%
Receitas acessórias	92	18	2	411,1%	4500,0%	120	9	1233,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.746)	(2.321)	(2.262)	18,3%	21,4%	(7.454)	(6.746)	10,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	83.795	67.891	54.615	23,4%	53,4%	207.619	161.166	28,8%
CUSTOS E DESPESAS	(72.117)	(59.391)	(45.617)	21,4%	58,1%	(177.892)	(137.050)	29,8%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.217)	(12.102)	(11.326)	9,2%	16,7%	(37.354)	(33.465)	11,6%
Custo dos serv. de construção	(54.813)	(43.403)	(30.788)	26,3%	78,0%	(128.981)	(91.238)	41,4%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.698)	(2.336)	(2.180)	15,5%	23,8%	(7.235)	(6.686)	8,2%
Remuneração da administração	(223)	(277)	(204)	-19,5%	9,3%	(647)	(605)	6,9%
Provisão para manutenção em rodovias	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	(1.169)	(1.280)	(1.175)	-8,7%	-0,5%	(3.709)	(6.279)	-40,9%
EBITDA	11.678	8.500	8.998	37,4%	29,8%	29.727	24.116	23,3%
Margem EBITDA	13,9%	12,5%	16,5%			14,3%	15,0%	
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(5.291)	(5.008)	(4.303)	5,7%	23,0%	(15.140)	(11.892)	27,3%
Depreciação de imobilizado	(67)	(65)	(56)	3,1%	19,6%	(193)	(160)	20,6%
Amortização do intangível	(4.778)	(4.497)	(3.801)	6,2%	25,7%	(13.609)	(10.394)	30,9%
Amortização do diferido	(446)	(446)	(446)	0,0%	0,0%	(1.338)	(1.338)	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(7.946)	(7.933)	(6.331)	0,2%	25,5%	(23.838)	(17.059)	39,7%
Receitas financeiras	2.200	1.024	621	114,8%	254,3%	3.995	1.656	141,2%
Despesas financeiras	(10.146)	(8.957)	(6.952)	13,3%	45,9%	(27.833)	(18.715)	48,7%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(1.559)	(4.441)	(1.636)	-64,9%	-4,7%	(9.251)	(4.835)	91,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	455	1.692	442	-73,1%	2,9%	3.151	1.527	106,4%
Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferido	455	1.692	442	-73,1%	2,9%	3.151	1.527	106,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(1.104)	(2.749)	(1.194)	-59,8%	-7,5%	(6.100)	(3.308)	84,4%

EBITDA AJUSTADO								
	(em R\$ Mil)							
	3T14	2T14	3T13	Var%	Var%	9M14	9M13	Var%
				3T14/2T14	3T14/3T13			9M14/9M13
EBITDA¹	11.678	8.500	8.998	37,4%	29,8%	29.727	24.116	23,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.169	1.280	1.175	-8,7%	-0,5%	3.709	6.279	-40,9%
EBITDA Ajustado²	12.847	9.780	10.173	31,4%	26,3%	33.436	30.395	10,0%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Peschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de novembro de 2014.

2. CONCESSÕES

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846 na data-base da concessão. A partir de 30 de setembro de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$33.997 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2014, os montantes de R\$123.454 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$295.527 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de Concessão. Os valores referentes a 30 de setembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

- 4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	5.114	5.450
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>5.081</u>	<u>5.163</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>33</u>	<u>287</u>
 <u>Não circulantes</u>	 <u>30.09.2014</u>	 <u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	38.617	35.973
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>33.951</u>	<u>29.381</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>4.666</u>	<u>6.592</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	564	1.059
Aplicações financeiras (*)	<u>34.403</u>	<u>33.823</u>
Total	<u>34.967</u>	<u>34.882</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	1.573
Debêntures compromissadas	260	530
Fundos de investimentos	<u>34.143</u>	<u>31.720</u>
Total	<u>34.403</u>	<u>33.823</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,6% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	5.671	4.338
Cartões de pedágio a receber	464	341
Receitas acessórias a receber	<u>69</u>	<u>-</u>
Total	<u>6.204</u>	<u>4.679</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	(20.652)	(10.600)
Provisão de participação nos lucros	(803)	(1.285)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(724)	(615)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c):		
Provisão para manutenção	(33.951)	(29.381)
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	23.012	17.887
Ajuste dos encargos financeiros	(1.150)	(1.005)
Estorno de capitalização de juros	<u>(66)</u>	<u>(66)</u>
Base de cálculo	<u>(34.334)</u>	<u>(25.065)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>11.673</u>	<u>8.522</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante	
2015 (após setembro)	116
2016	484
2017	505
2018	526
Após 2018	<u>10.042</u>
	<u>11.673</u>

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2014 o saldo é de R\$11.063 e em 31 de dezembro de 2013 de R\$6.339, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 97,27% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Imobilizado em Andamento	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>							
Saldo em 31.12.2013	564	290	245	309	491	56	1.955
Adições	52	93	-	51	227	5	428
Transferências/Reclassificações	61	-	-	-	-	(61)	-
Alienações/baixas	-	-	(62)	-	-	-	(62)
Saldo em 30.09.2014	677	383	183	360	718	-	2.321
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2013	(213)	(210)	(108)	(66)	(180)	-	(777)
Depreciações	(50)	(38)	(36)	(27)	(42)	-	(193)
Alienações/baixas	-	-	18	-	-	-	18
Saldo em 30.09.2014	(263)	(248)	(126)	(93)	(222)	-	(952)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2013	351	80	137	243	311	56	1.178
Saldo em 30.09.2014	414	135	57	267	496	-	1.369
Taxas de depreciação - %	10%	20%	20%	10%	10%	-	-

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de setembro de 2014 é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31.12.2013	507.594	505	91.056	1.900	601.055
Adições	1.317	238	131.094	940	133.589
Baixa	-	-	(1.062)	-	(1.062)
Transferências/Reclassificações	68.928	-	(66.990)	(1.938)	-
Saldo em 30.09.2014	<u>577.839</u>	<u>743</u>	<u>154.098</u>	<u>902</u>	<u>733.582</u>
Amortização acumulada					
Saldo em 31.12.2013	(37.926)	(374)	-	-	(38.300)
Amortizações	(13.559)	(50)	-	-	(13.609)
Saldo em 30.09.2014	<u>(51.485)</u>	<u>(424)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(51.909)</u>
Intangível líquido					
Saldo em 31.12.2013	469.668	131	91.056	1.900	562.755
Saldo em 30.09.2014	526.354	319	154.098	902	681.673
Taxas anuais de amortização - %	3,6%	20%	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

Notas Explicativas

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	<u>327</u>	<u>327</u>
	17.832	17.832
Amortização acumulada	<u>(10.119)</u>	<u>(8.781)</u>
	<u>7.713</u>	<u>9.051</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	16.969	13.218
Financiamento de Veículos (b)	16,63% a.a. pré-fixada	<u>-</u>	<u>42</u>
		<u>16.969</u>	<u>13.260</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	275.983	226.610
	TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.		

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

(b) Cédulas de crédito bancário celebrado com a instituição financeira para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias são os próprios bens.

Em 30 de setembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Notas ExplicativasAno de vencimento

2015 (após setembro)	4.206
2016	21.245
2017	22.861
2018	24.601
Após 2018	<u>203.070</u>
	<u>275.983</u>

Em 30 de setembro de 2014 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30.09.2014</u> <u>Circulante</u>	<u>31.12.2013</u> <u>Não circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	1.390	CDI + 1,4% a.a.	Julho/2015	15.525	-	14.250
Custo de transação				<u>(18)</u>	<u>(153)</u>	<u>(13)</u>
Total				15.507	(153)	14.237

(a) 1ª emissão de debêntures de 04 de outubro de 2013 com valor real unitário de R\$10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª emissão	04.10.13	13.910	08.10.13	13.910

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em 30 de setembro de 2014, o saldo de R\$16.186 (R\$10.109 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (c)	-	221
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	<u>450</u>	<u>229</u>
Total	<u>450</u>	<u>450</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos Arteris S.A. (d)	15.293	7.966
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	227	453
Fornecedores partes relacionadas:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	7.896	4.353
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	1.044	1.337
Autopista Litoral Sul S/A (b)	175	-
	<u>8.940</u>	<u>5.690</u>
Total	<u>24.635</u>	<u>14.109</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos Arteris S.A. (d)	<u>156.940</u>	<u>151.483</u>
Total	<u>156.940</u>	<u>151.483</u>

Notas ExplicativasPeríodo de Nove meses

Contas de Resultado:	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Arteris S.A. (a) e (d)	-	(14.378)	-	6.420
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	<u>(1.250)</u>	-	<u>1.210</u>	-
Total	<u>(1.250)</u>	<u>(14.378)</u>	<u>1.210</u>	<u>6.420</u>

Trimestre

Contas de Resultado:	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Arteris S.A (a) e (d).	-	(5.211)	-	(2.853)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	<u>(417)</u>	-	<u>(403)</u>	-
Total	<u>(417)</u>	<u>(5.211)</u>	<u>(403)</u>	<u>(2.853)</u>

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2014 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
29.09.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	4.877	3.997
27.11.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	13.000	7.925	6.495
19.12.2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	16.000	9.754	7.994
28.01.2013	Janeiro de 2016	CDI + 1,7% a.a.	25.000	4.056	1.956
19.04.2013	Abril de 2016	CDI + 1,7% a.a.	35.000	5.033	2.139
27.09.2013	Setembro de 2016	CDI + 1,7% a.a.	20.000	2.077	481
30.12.2013	Setembro de 2016	CDI + 1,7% a.a.	<u>20.000</u>	<u>1.511</u>	<u>13</u>
			<u>137.000</u>	<u>35.233</u>	<u>23.075</u>

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$647 (R\$605 em 30 de setembro de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$ 803 e R\$1.285.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social.

Notas Explicativas

As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.09.2014</u>
Cíveis	305	416	(15)	(85)	621
Trabalhistas	<u>310</u>	<u>103</u>	<u>(304)</u>	<u>(6)</u>	<u>103</u>
Total	<u>615</u>	<u>519</u>	<u>(319)</u>	<u>(91)</u>	<u>724</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$1 e R\$15, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de setembro de 2014 (R\$11 e R\$28 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade constituiu provisão de riscos cíveis no valor de R\$ 365 referente a autos de infração por parte da ANTT, tal decisão foi tomada por ter esgotado todos os recursos administrativos e por não ser viável o questionamento judicial pelo fato de não haver argumentos suficientes que possibilitasse a judicialização.

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$ 16.166 classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Em maio e junho de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal, o valor de R\$ 14.846, ações em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela Agência. Na opinião de consultores legais tais autos

Notas Explicativas

apresentam fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de setembro de 2014 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> Investimentos em rodovias	<u>Não circulante</u> Manutenção em rodovias
Saldos em 31.12.2013	5.163	29.381
Adições	-	3.709
Utilizações	(227)	-
Ajuste a valor presente	<u>145</u>	<u>861</u>
Saldos em 30.09.2014	<u>5.081</u>	<u>33.951</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2014 é de R\$237.818 e em 31 de dezembro de 2013 era de R\$167.818. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de setembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	<u>30.09.2014</u> Quantidade de ações integralizadas	<u>Participação -</u> %
Arteris S/A.	232.113.179	232.113.179	100%

A Sociedade aprovou em Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2014 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$20.000, mediante a emissão de 20.471.829 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de maio de 2014 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$20.000 mediante a emissão de 20.702.080 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de maio de 2014 o aumento do capital social em dinheiro no valor de

Notas Explicativas

R\$30.000 mediante a emissão de 31.512.605 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	31.636	85.972	26.087	76.665
Receita de serviços de construção	54.813	128.981	30.788	92.238
Outras receitas	<u>92</u>	<u>120</u>	<u>2</u>	<u>9</u>
	<u>86.541</u>	<u>215.073</u>	<u>56.877</u>	<u>168.912</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	86.541	215.073	56.877	167.912
ISSQN	(1.582)	(4.301)	(1.305)	(3.835)
PIS	(208)	(1.212)	(170)	(518)
COFINS	(956)	(1.941)	(787)	(2.393)
Outras deduções	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u>83.795</u>	<u>207.619</u>	<u>54.615</u>	<u>161.166</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custo de construção	(54.813)	(128.981)	(30.788)	(91.238)
Com pessoal	(1.779)	(5.443)	(1.840)	(5.373)
Serviços de terceiros	(4.922)	(14.791)	(4.563)	(13.317)
Depreciação / amortização	(5.087)	(14.547)	(4.107)	(11.312)
Seguros / garantias	(528)	(1.437)	(587)	(1.401)
Conservação	(3.974)	(10.468)	(2.837)	(9.031)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.169)	(3.709)	(1.175)	(6.279)
Taxa fiscalização	(654)	(1.955)	(618)	(1.854)
Outros	<u>(1.360)</u>	<u>(3.260)</u>	<u>(881)</u>	<u>(2.489)</u>
Total	<u>(74.286)</u>	<u>(184.591)</u>	<u>(47.396)</u>	<u>(142.294)</u>

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.086)	(3.314)	(1.129)	(3.513)
Serviços de terceiros	(781)	(1.842)	(421)	(1.298)
Depreciação / amortização	(204)	(593)	(196)	(580)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(134)	(200)	(37)	(414)
Consumo	(464)	(1.131)	(327)	(878)
Outros	<u>(233)</u>	<u>(748)</u>	<u>(266)</u>	<u>(583)</u>
Total	<u>(2.902)</u>	<u>(7.828)</u>	<u>(2.376)</u>	<u>(7.266)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.210	2.703	596	1.541
Outras receitas	<u>990</u>	<u>1.292</u>	<u>25</u>	<u>115</u>
Total receitas	<u>2.200</u>	<u>3.995</u>	<u>621</u>	<u>1.656</u>

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(9.480)	(26.003)	(6.496)	(16.378)
Ajuste a valor presente	(388)	(1.006)	(274)	(947)
Outras despesas	<u>(278)</u>	<u>(824)</u>	<u>(182)</u>	<u>(1.390)</u>
Total despesas	<u>(10.146)</u>	<u>(27.833)</u>	<u>(6.952)</u>	<u>(18.715)</u>

Notas Explicativas**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.09.2014</u>	<u>30.09.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	14.661	(99)
Juros capitalizados	4.042	3.110

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos nove meses e trimestres findos em 30 de setembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.559)	(9.251)	(1.636)	(4.835)
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	530	3.145	556	1.644
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	<u>(75)</u>	<u>6</u>	<u>(114)</u>	<u>(117)</u>
Despesa/Crédito contabilizada	<u>455</u>	<u>3.151</u>	<u>442</u>	<u>1.527</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	-	-	-
Diferidos	455	3.151	442	1.527

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas Explicativas

Até a conclusão das informações trimestrais de 30 de setembro de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>30.09.2014</u>		<u>30.09.2013</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo do período	(1.104)	(6.100)	(1.194)	(3.308)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>205.730</u>	<u>187.506</u>	<u>159.418</u>	<u>159.418</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,00537)</u>	<u>(0,03253)</u>	<u>(0,00749)</u>	<u>(0,02075)</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de setembro de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Notas Explicativas

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	34.967	34.882
Contas a receber	6.204	4.679
Aplicação financeira	11.063	6.339
Partes relacionadas	450	450
Outras contas a receber	18.464	1.467
	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	20.991	13.853
Empréstimos e financiamentos	292.952	239.870
Debêntures	15.354	14.237
Partes relacionadas	181.575	165.592
Taxa de fiscalização	218	218
Outras contas a pagar	291	684

Riscos de mercado

Notas Explicativas

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a Incorrer(*)	(23.777)	(29.036)	(18.501)	(33.804)
Receita de aplicações financeiras	1.460	1.825	1.095	2.190
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros A incorrer(*)	(22.486)	(22.990)	(21.979)	(23.493)
Juros a incorrer líquido(*)	(44.803)	(50.201)	(39.385)	(55.107)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2014 e 31 dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$5.740 e R\$4.338, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as

Notas Explicativas

necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2014</u> (após Setembro)	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	2018 em diante	<u>Total</u>
Debêntures	11,19	-	16.898	-	-	-	16.898
BNDES	7,58	9.279	37.108	40.600	40.600	295.986	423.573
CCB	12,62	-	-	-	-	-	-
Total		<u>9.279</u>	<u>54.006</u>	<u>40.600</u>	<u>40.600</u>	<u>295.986</u>	<u>440.471</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Notas Explicativas

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	50.640

(*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto Sul S/A

Rio Negro - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Planalto Sul S/A (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio Negro, 05 de novembro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 – S - PR

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 139268/O-6 – S - PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Rio Negro, 05 de novembro de 2014

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Rio Negro, 05 de novembro de 2014

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro